

O ROMANCE HISTÓRICO E UMA LEITURA DO TEMPO DO REI EM NOSSO TEMPO

Rodrigo Cardoso Soares de Araújo

Publicado em 2007, *Era no tempo do rei*, escrito pelo consagrado biógrafo Ruy Castro não passou despercebido pelo público¹, nem tampouco pela crítica. A obra é ambientada no carnaval do ano de 1810, ou seja, dois anos após a chegada da família real ao Brasil. Em meio ao tom infanto-juvenil do enredo da história, Ruy Castro pretende apresentar um Rio de Janeiro, ou Brasil, “sensual”. A soma destes fatores traz à tona uma obra literária no mínimo de mau gosto que leva o leitor a visualizar crianças em constante estado de excitação. Contudo, a intenção deste artigo não é apresentar meras elucubrações quanto ao “gosto” particular do autor quanto à obra, pois tal exercício teria pouco a acrescentar.

Faz-se imperativo, antes de prosseguir, alertar que a análise que se segue não pretende abordar o romance em questão sob a ótica da teoria literária, ou sequer a partir da discussão em torno do romance histórico enquanto gênero ou subgênero literário. Não consta nas páginas que se seguem qualquer discussão quanto ao surgimento, as inovações no romance histórico latino-americano da segunda metade do século XX, ou sobre o romance histórico contemporâneo. O objetivo aqui é problematizar alguns pontos específicos presentes na obra que merecem uma reflexão de outra natureza.

Aqui, pretendo analisar este romance histórico por dois caminhos. Um primeiro mais geral centrado no contexto em que esta obra veio à tona, ou seja, as comemorações em torno dos 200 anos da chegada da família real portuguesa no Brasil. Como todo romance histórico, *Era no tempo do rei* apresenta uma leitura da História, este é o segundo caminho investigativo a ser aqui seguido: afinal, que visão da história do Brasil o autor nos apresenta?

As comemorações em torno dos 200 anos da chegada da família real portuguesa no Brasil mobilizaram e vêm mobilizando dezenas de exposições, programas televisivos, publicações, selos, enredos de escolas de samba,

trabalhos acadêmicos entre outras atividades. O destaque dado a este evento vem ofuscando até mesmo outras importantes datas comemorativas, como os 120 anos da lei Áurea e o aniversário de 100 anos da morte de Machado de Assis. Entre as diversas manifestações em torno da “chegada da Corte” encontra-se o lançamento de *Era no tempo do rei*.

Para refletir sobre este evento particular, as argumentações do historiador Pierre Nora sobre o que ele chamou de o retorno do fato² fornecem um interessante ponto de partida. Seu objetivo era investigar a maneira pela qual o “acontecimento” é forjado na dinâmica das sociedades contemporâneas. Segundo ele, é através dos “mass media” que os acontecimentos ganham aceitação pública e recebem certa validação, independente do papel que caberia ao historiador desempenhar numa sociedade.

Esse acontecimento sem historiador é feito da participação afetiva das massas, o só e único meio que elas têm de participar da vida pública: participação exigente e alienada, voraz e frustrada, múltipla e distante, impotente e portanto soberana, autônoma e teleguiada como essa impalpável realidade da vida contemporânea que se chama opinião.³

Vale lembrar que Nora entendia como “mass media” apenas a imprensa escrita, o rádio e a televisão. Na época em que escreveu este artigo, Nora ainda não havia vivido os tempos de explosão das margens da esfera pública que a internet tem proporcionado. Nesse sentido, seu argumento nos dias de hoje ganha ainda mais força.

A preocupação de Nora era a maneira pela qual certos acontecimentos apareciam consagrados publicamente em seu tempo, como por exemplo, a morte do general De Gaulle, a chegada do homem à lua, a guerra da Argélia etc. Obviamente não é de se lamentar – o que Nora não fez – que sejam diminuídas as distâncias que separam o mundo dos que possuem acesso à informação daquele dos excluídos. “Uma hierarquia mais estável se estabelece no interior do mundo da informação, no interior dos media”⁴. Por outro lado, a expansão deste mundo da informação e a conseqüente possibilidade do acontecimento ser forjado a partir de sua publicidade acompanham um processo de “superinformação perpétua e de subinformação crônica”.

Voltemos ao acontecimento que aqui pretendo discutir, as comemorações dos 200 anos da vinda da Corte. Embora ele tenha como base um evento ocorrido no passado, a celebração da data país afora é um acontecimento cultural do tempo presente. Nesse processo está sendo obscurecida parte impor-

tante do processo histórico que representou a fuga da Corte portuguesa para o Brasil. A memória construída sobre um acontecimento necessariamente oblitera uma face do mesmo, o exercício de lembrar é ao mesmo tempo o de esquecer. Assim dois pontos fundamentais merecem atenção.

Em primeiro lugar, a abordagem do tema pelos diferentes “mass media” tende a fazer tábula rasa do conhecimento historiográfico, desconsiderando toda a complexidade que envolve este tipo de investigação. Fazendo desses 200 anos uma celebração da “nossa história”, perde-se em vista aspectos fundamentais da compreensão deste processo em toda sua dimensão. O mais gritante deles talvez seja o fato de que quando se fala dos habitantes da América portuguesa no princípio do século XIX, estamos falando de súditos da Coroa portuguesa e não de “brasileiros”, tal qual nos entendemos inseridos no mundo no tempo presente.

A fuga da família real portuguesa para o Brasil inaugurou um processo que culminaria com a independência do Brasil em 1822⁵. O segundo ponto a ser levantado não pretende questionar a validade dessa afirmação, mas de apontar o esquecimento que os 200 anos têm promovido do papel histórico que não só a família real, obviamente, mas todos os agentes do governo e da burocracia portuguesa desempenharam nos três séculos anteriores “aquela gloriosa data, 7 de março de 1808”⁶ a que Ruy Castro celebra. Curiosa “glorificação” de uma data que remete à chegada daqueles que se empenharam por três séculos, sem pleno êxito obviamente, ao estancamento social e cultural da vida dos súditos da Coroa portuguesa na América!

A memória que está sendo forjada nas comemorações atuais tem valorizado os avanços surgidos graças à transposição da capital do Império português para o Rio de Janeiro. Muitas inovações, imediatas ou não, decorrentes da vinda da Corte poderiam ser citadas, entre as principais merecem destaque a liberdade para se fundar fábricas (proibido desde 1785 com exceção dos tecidos de grosseria); a criação do primeiro Banco do Brasil; os avanços sócio-econômicos decorrentes da nova política comercial adotada, sobretudo com a Inglaterra, com a abertura dos portos às nações amigas e os tratados subsequentes; o traslado da Biblioteca Real (seu acervo hoje integra a Biblioteca Nacional) e os avanços artísticos decorrentes da vinda da missão francesa em 1816, tal qual a criação da Escola de Belas-Artes.

Mas ao mesmo tempo, em meio às comemorações e homenagens têm-se olvidado o papel exercido pela Coroa portuguesa em relação às privações a que submetiam suas colônias. Entre tantas, vale a título de exemplificação a sistemática política de proibição da instalação de universidades: à época

da chegada da Corte portuguesa no Brasil, a América espanhola já contava com 23 universidades distribuídas pelo continente. Outra consequência da chegada da Corte no Brasil que vem sendo lembrada é a chegada da imprensa. Mas é preciso lembrar que a censura exercida por Portugal antes de sua vinda para o Brasil não apenas proibiu o estabelecimento de tipografias, como também dificultou a entrada de todos os escritos que julgassem em alguma medida “perigosos” para a manutenção da ordem⁷.

Cabe agora entrar na segunda questão a ser analisada. Qual a visão da história do Brasil, ou mesmo de Brasil, exposta em *Era no tempo do rei*? Esta pergunta é pertinente, sobretudo se a levarmos em consideração a partir da potencialidade do romance histórico enquanto definidor de laços de identidade. Nesse caso particular, nacional.

Em sua clássica definição de nação como sendo uma comunidade política imaginada⁸, Benedict Anderson, reconhecia as raízes culturais do surgimento de tais comunidades. Anderson as compreendia enquanto resultantes de um cenário cultural pré-existente que as limitavam e determinavam. Ainda que se possa levantar especificidades de acordo com cada caso, é possível dizer de uma forma geral que a condição para o surgimento dos nacionalismos no século XIX foi fundamentalmente a conjugação de três transformações na forma de se observar o mundo. A saber: a superação do monopólio da verdade exercido pela igreja, a crença de que os grupos populacionais se encontravam aglomerados em determinadas regiões sob o governo de certo monarca pela vontade divina e, por fim, a mudança na forma de se entender o tempo não mais a partir de uma simultaneidade de passado e futuro num presente, mas numa clara separação da história e da cosmologia. Nesse processo é destacada a importância do romance no século XVIII como modelador e enquanto reflexo de uma identificação cultural que ora se aproxima e ora se afasta, estabelecendo assim, as fronteiras imaginadas dessas comunidades.

Abordando a História pelo viés ficcional, romances como o aqui em questão são importantes agentes na constante redefinição dos laços de identidade no seio das comunidades. Entre as fronteiras dos dois gêneros, o trânsito entre realidade e ficção apresenta um grande potencial de intervenção na forma pela qual seus leitores, sobretudo os menos avisados, vêem a história do país e, em seguida, reconhecem-se enquanto membros de determinada comunidade.

Tal percepção desvela a imensa responsabilidade que tais autores têm em suas mãos. Ainda que legítimo enquanto gênero literário, o romance histórico ao tratar de questões de suma importância para a História do país –

tais como o processo de independência, a escravidão, o advento da república, o golpe militar de 1964 – situa-se num terreno perigoso, sobretudo quando o lugar de fala adotado assume ares de verdade, sem deixar claro que o que se está expondo é uma interpretação do passado em forma narrativa, seja ela de cunho ficcional ou historiográfico.

Segundo Fredric Jameson, o romance histórico pode ser definido como um gênero literário que realiza a intersecção de um plano histórico ou público, definido através dos costumes, eventos ou líderes e um outro ficcional no qual são criadas personagens que conduzem o enredo da narrativa.⁹ O plano histórico de *Era no tempo do rei* foi formulado a partir dos princípios da instalação da família real portuguesa no Rio de Janeiro, evento resultado da crise internacional da primeira década do século XIX. Um breve panorama historiográfico desta situação política é fundamental para se situar o tempo histórico que é o pano de fundo da narrativa.

Com a iminente ameaça de invasão das tropas napoleônicas que já haviam derrubado o rei da vizinha Espanha, a família real portuguesa viu-se obrigada a fugir de Portugal. O destino escolhido, o Brasil, era mais do que natural uma vez que se tratava da região de seus domínios com maior pujança comercial. Não era a primeira vez que se cogitava a possibilidade de transferir a Corte para o Brasil. Ainda no século XVII, no período da restauração portuguesa após o período que ficou conhecido como união ibérica¹⁰ a idéia já havia surgido. Ela voltaria à tona novamente por ocasião do terremoto que fez grandes estragos nas principais cidades portuguesas em 1775 e em 1792 em meio a conflitos diplomáticos com a Espanha.¹¹

Mas desta vez não havia escapatória, a vinda para o Brasil era a única maneira de preservar a monarquia portuguesa intacta. A fuga contou com a fundamental participação da Inglaterra, Sidney Smith, comandante das tropas navais inglesas, forneceu escolta para que a família real e sua corte chegassem ao Brasil em segurança. Para além disso, a Inglaterra esteve à frente dos esforços de reconquista de Portugal durante o período das invasões.

Para a Inglaterra a monarquia portuguesa era um aliado comercial, a principal motivação francesa contra Portugal foi justamente a oposição ou a impossibilidade de romper seus laços comerciais com a Coroa britânica. Para quem, a vinda da Corte para o Brasil representava a possibilidade de expansão de seus negócios para a cobiçada Bacia do Prata. Por sua vez, a Coroa portuguesa também almejava a anexação efetiva da Banda Oriental e, se possível, uma expansão ainda maior de seus domínios pelo resto da região. Em meio a essa celeuma diplomática, Carlota Joaquina, esposa do príncipe

regente D. João e filha e irmã dos reinantes espanhóis depostos Carlos IV e Fernando VII, respectivamente, também fazia suas articulações políticas.

Infante da Espanha e princesa do Brasil, ela exercia um papel acorde à ambigüidade que sua posição política indica e suas ambições políticas estavam focadas tanto numa como noutra Coroa. Em relação à Espanha, pretendia tornar-se a regente do Império – que nesse momento tinha sua capital tomada pelo invasor francês – e garantir assim a continuidade da casa dos Bourbon no trono, tentando manter a unidade da América hispânica. Suas ambições eram respaldadas principalmente pelo apoio político de influentes grupos da fidalguia tanto da Espanha como de Buenos Aires. Porém, outras motivações políticas começavam a surgir. Os primeiros movimentos separatistas já começavam a aparecer em pontos importantes do território, entre eles na própria região do Prata, ponto de convergência dos interesses de todas as nações européias envolvidas.

Quanto a Portugal, Carlota Joaquina era esposa do príncipe regente D. João, e uma intensa partícipe nos negócios da Coroa, ainda que não em parceria com seu esposo. A bem da verdade, ambos estavam constantemente em disputa entre si. Ela foi uma personagem chave na trama política das duas primeiras décadas do século XIX por ter sido talvez o principal elo diplomático na política entre Portugal, Espanha, e Inglaterra¹².

Com a derrota final de Napoleão em 1810, as antigas dinastias voltam a se articular para a retomada de seus respectivos tronos, o principal marco desse processo foi o Congresso de Viena que esteve reunido em 1814 e 1815. Numa política que conferia legitimidade aos reinantes antes depostos, as principais fronteiras européias foram restabelecidas. Nesse período a Inglaterra propiciou as condições para que Portugal se mantivesse com certa estabilidade política, quebrada apenas no início da década de 1820 com a revolta de burgueses da cidade do Porto que exigiam o retorno do rei D. João VI para Portugal.

Graças à articulação de D. João, o príncipe D. Pedro Carlos, primo de Carlota Joaquina, foi nomeado regente da Coroa espanhola em 1810. Tal estratégia afundou as pretensões políticas de Carlota Joaquina. De qualquer forma, já era tarde demais para se frear os bem-sucedidos movimentos de independência das diferentes regiões da América hispânica. D. Pedro Carlos morreu em 1812 sem chegar a exercer seu cargo. Já no Brasil, a permanência de D. Pedro após o retorno da Corte a Portugal possibilitou uma articulação política que culminaria com a independência do Brasil em 1822 de forma razoavelmente pacífica, com apenas alguns conflitos isolados.

A crítica que aqui pretendo fazer a *Era no tempo do rei* não está centrada em qualquer questão historiográfica deste tipo. Uma crítica neste sentido provavelmente levaria a infrutífera discussão acerca da validade do processo criativo que o autor empreende em torno das personagens reais e do panorama histórico em que o romance se desenrola. Em última análise, tal viés investigativo encaminharia esta discussão a repetir a questão já formulada por Jameson: “O romance histórico ainda é possível?”. Assim, não é interessante para os fins que proponho a exposição do complexo quadro político internacional que se seguiu à invasão francesa da Península Ibérica, ou sequer pormenorizar suas conseqüências. Por mais contraditório que possa parecer é no plano ficcional de *Era no tempo do rei* que a forma pela qual Ruy Castro entende a história do Brasil, ou o Brasil em si, está mais evidente.

A narrativa é composta a partir de dois personagens centrais: Pedro e Leonardo, ambos com doze anos de idade. A criação do primeiro foi inspirada no príncipe D. Pedro que viria a ser o primeiro imperador do Brasil, doze anos depois da data em que o romance é ambientado.

Ao lado de Pedro aparece Leonardo, personagem criada por Manuel Antônio de Almeida em seu romance *Memórias de um sargento de milícias* publicado em 1852. Assim, se para a construção da personagem Pedro, Ruy Castro procedeu com uma interpretação de uma figura histórica já pronta, o Imperador D. Pedro I, algo semelhante acontece na construção da personagem Leonardo. Seu esforço criativo é restrito em grande medida ao molde que já fora formulado por Almeida na concepção do Leonardo original.¹³

Na realidade, além do protagonista do romance de Almeida, outras tantas personagens são apropriadas daquele romance por Ruy Castro. Todo o núcleo ao qual Leonardo pertencia em sua infância é transposto para *Era no tempo do rei*, totalizando uma grande quantidade de personagens ficcionais já prontas que seguem as diretrizes narrativas que Almeida já havia concebido. A liberdade criativa de Ruy Castro é bastante limitada neste sentido, uma vez que há certa fidelidade a ser cultivada em relação à obra de Almeida. Em *Era no tempo do rei* estão os mesmos anseios do padrao de Leonardo, Quincas, que sonhava com um futuro glorioso para seu afilhado, as mesmas desconfianças de sua vizinha quanto à possibilidade de Leonardo se “tornar alguém”, a conturbada relação amorosa de seus pais e assim por diante.

A narrativa é recheada de travessuras das duas crianças pelas ruas do Rio de Janeiro, sobretudo por se tratar de carnaval, época em que para Ruy Castro:

Todo ano, aqueles dias de fevereiro, às vezes março, era assim – como se, a uma ordem do deus Baco, diabos brotassem das profundas e ocupassem os corpos de homens e mulheres, nobres e plebeus, livres e escravos, e os tornassem, por igual, crianças de todas as idades, como os heróis e vilões deste livro.¹⁴

Nesse período de libertação do ano referido no texto, Pedro e Leonardo se conhecem e travam, de imediato, uma grande amizade. Pedro iria ser apresentado às ruas e aos mais recônditos rincões do Rio de Janeiro por Leonardo, que por sua vez teria a felicidade de viver um pouco das “maravilhas” do palácio imperial. Pedro, que já pregara uma peça no mercador inglês Jeremy Blood¹⁵, vilão do livro, agora em companhia do já conhecido travesso Leonardo, viveria outras tantas aventuras, como uma escapada de perigosos sujeitos como Calvoso e Fontainha, uma fuga espetacular sobre os “arcos da carioca” (Lapa) do chefe de polícia, major Vidigal e sua tropa entre outras secundárias.

Em suma, o romance trata das aventuras de duas crianças muito distintas entre si, um descendente da Casa dos Bragança e o outro um filho de meirinho – Leonardo-pataca que o abandonou, assim como sua mãe aos cuidados de seu padrinho barbeiro – que se conhecem por acaso no coração da nova capital do Império português. Nesta relação de amizade que os dois estabeleceram uma intensa troca cultural que mudaria a forma de ver o mundo de ambos.

A história pendula por dois universos bastantes distantes e mesmo opostos. De um lado o Rio de Janeiro de prostitutas, ladrões e toda a espécie de oportunistas numa cidade dominada pelo mau cheiro e pela insalubridade. Do outro, todo o requinte e a pompa da Corte dos Bragança que havia se instalado há apenas dois anos na cidade. Mais do que a existência desses dois universos separados trata-se do quanto eles estão em contato e sobrepondo-se, afinal, é sobre isso que se trata a obra: a junção desses dois universos teria como resultado o próprio Brasil.

Nesse processo, o que marca a narrativa é justamente o sentimento de estranhamento em relação ao universo de Leonardo. Pedro estabelece a diretriz da narrativa, seu universo é o ponto de partida do romance, num movimento de expansão dos horizontes da personagem Pedro, que pela primeira vez em sua vida se via sozinho em meio ao tumulto do Largo do Paço. Embora Leonardo tenha um papel central na narrativa, ele está sempre num nível hierárquico mais baixo que Pedro, este sim o fio condutor da narrativa. Leonardo apenas acompanha-o de forma serviçal, em nenhum momento da

narrativa ele se opõe em qualquer circunstância a Pedro, “afinal, amigos ou não, continuava a ser o vassalo diante do príncipe”¹⁶.

Como partícipe da rememoração e, mas do que isso, da celebração dos 200 anos, Ruy Castro tenta delinear ao longo de sua obra o que ele entende como o Brasil. Em sua óbvia perspectiva bairrista, o Rio de Janeiro é o Brasil. A resultante da fusão dos universos de Pedro e Leonardo operada na perspectiva de mundo de Pedro seria como o Brasil, ou simbolizaria o Brasil. Um país nobre com um toque plebeu. Na última cena do livro os dois tentando pregar uma peça trocam de roupas a fim de que confundam Leonardo com o imperador, então: “Ninguém tomou Leonardo por príncipe. Mas Pedro estava a caráter, como estaria pela vida afora, em seu papel de azougue, xucro e irresistível, grosso e fino, puro e depravado, que nem o Brasil”¹⁷.

Ruy Castro construiu a personagem Pedro inspirado no príncipe D. Pedro a partir do que se conhece sobre sua vida já adulta como declarou em entrevista: “na verdade, usei tudo que conhecemos do Pedro adulto para criar o Pedro adolescente”¹⁸. E que D. Pedro I foi esse que inspirou Ruy Castro? “[...] o libertador do Brasil, o monarca despótico e querido. [...] o monstro sedutor, sóbrio e luxurioso, que faria a infelicidade de sua imperatriz e distribuiria gozo e deleite entre marquesas e plebéias”¹⁹.

Numa das raras digressões do livro pensando em Pedro já como imperador, essa é a imagem que o autor apresenta de D. Pedro I! Conhecido por sua turbulenta vida sexual, esse aspecto da vida do primeiro imperador do Brasil foi o gancho para a configuração do Rio de Janeiro, entendido no livro como um “Brasil sensual”.

A boa recepção do público a *Era no tempo do rei* parece, diante do que foi exposto, preocupante se levada em conta a capacidade de intervenção da literatura enquanto definidora de laços e traços de identidade de indivíduos que coletivamente formam a comunidade imaginada Brasil. Obviamente, Ruy Castro tem total liberdade, e deve realmente tê-la, de divulgar sua forma de ver o mundo e o Brasil em particular. Por outro lado, ela pode, e creio deve, ser matizada, sobretudo levando-se em consideração a boa aceitação que o romance teve por parte do público – obviamente o objetivo da publicação em si – o que tornou ainda mais pertinente esta breve crítica.

Não foi a intenção das páginas deste artigo lamentar a falta de monopólio da história pelos historiadores, assim como Nora, creio ser essa uma oportunidade para este grupo dialogar com outros lugares de fala e, porque não, numa perspectiva mais ampla com a própria sociedade a qual fazem parte.

Tampouco quis “condenar” o romance histórico, o objetivo foi apenas levantar algumas questões que mereciam ser problematizadas quanto ao romance específico de que tratei. A história também é terreno do romance histórico. Tendo suas características discursivas próprias, procurei não analisar *Era no tempo do rei* pela perspectiva do método historiográfico. Não foi “o tempo do rei” a preocupação destas páginas, o plano histórico da obra também foi aqui pano de fundo. Balizar uma determinada leitura de Brasil em meio a um contexto de reinvenção do passado em “nosso tempo” foi o meu objetivo. Assim, a análise esteve voltada para questões relevantes da obra enquanto romance histórico.

Ambição mercadológica e oportunismo foram a força motriz do processo criativo de *Era no tempo de rei*. Assim, Ruy Castro faz sua contribuição nesta celebração que não pretende senão enaltecer uma visão da história do Brasil mais “palatável” para o público, não almejando assim, a compreensão deste importante processo histórico da maneira adequada. Mais do que isso, o autor dá divulgação a sua forma de entender Brasil, que em resumo, é o Rio de Janeiro aristocrata, sensual e malandro.

Notas

¹ Em pesquisa realizada pelo jornal *O Globo* que contou com a participação de 1.100 pessoas, *Era no tempo do rei* foi eleito o melhor romance publicado em 2007. Sendo escolhido por 51% daqueles que votaram. Desbancando autores “best-sellers” como Isabel Allende (3%) e Markus Zusak (15%). Para saber mais: www.oglobo.globo.com/cultural/mat/2007/12/31/327830777.asp

² NORA, Pierre, O retorno do fato. In: *História: novos problemas*. Trad.: Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

³ *Ibid.*, p. 185.

⁴ *Ibid.*, p.186.

⁵ Este processo é bem sintetizado em PROENÇA, Maria Cândida. *A independência do Brasil: relações externas portuguesas (1808-1825)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

⁶ CASTRO, Ruy. *Era no tempo do rei*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 71.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁸ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

⁹ JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível?, *Novos estudos*, n. 77. São Paulo: CEBRAP, 2007.

¹⁰ Em 1580 com a morte do rei português D. Sebastião e a conseqüente vacância do trono, a Coroa

espanhola assume o trono Português. A união Ibérica permaneceria até 1640 com o princípio da guerra de reconquista.

¹¹ AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina infanta da Espanha e Princesa do Brasil* (1808–1814). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007.

¹² Ibid.

¹³ “Era no tempo do rei”, assim inicia *Memórias de um sargento de milícias*.

¹⁴ CASTRO, Ruy. *Era no tempo do rei*. Op. cit., p. 12.

¹⁵ Inspirado na personagem Capitão Peter Blood, criada por Rafael Sabatini, o mercador Jeremy Blood, bisneto do lendário pirata tinha as mesmas características de se famoso antepassado, ou seja, os negócios que ele estabeleceu no Rio de Janeiro seguiam a mesma linha de toda sorte de piratarias, contrabandos e artimanhas.

¹⁶ CASTRO, Ruy. *Era no tempo do rei*. Op. cit., p. 149.

¹⁷ Ibid., p. 243.

¹⁸ Entrevista concedida ao site Digestivo Cultural e publicada em 01/02/2008. www.digestivocultural.com/blog/post.asp?codigo=1768

¹⁹ CASTRO, Ruy. *Era no tempo do rei*. Op. cit., p. 242.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Objetivo, 1997.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária, *Novos estudos*, n. 77. São Paulo: CEBRAP, 2007.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina infanta da Espanha e Princesa do Brasil* (1808–1814). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Ruy. *Era no tempo do rei*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível?, *Novos estudos*, n. 77. São Paulo: CEBRAP, 2007.

LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. México: Biblioteca ERA, 1976.

NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: *História: novos problemas*. Trad.: Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

PROENÇA, Maria Cândida. *A independência do Brasil: relações externas portuguesas* (1808–1825). Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

Resumo

As comemorações em torno dos 200 anos da vinda da família real portuguesa têm mobilizado diversas homenagens, atividades e publicações ao longo do país. Nesse processo, pelo menos um romance histórico foi publicado: *Era no tempo do rei* de Ruy Castro. Esse artigo é dedicado a análise desta obra a partir de duas questões: uma mais geral que trata das próprias comemorações em que o surgimento da obra se enquadra e outra mais específica sobre a visão de Brasil que a obra apresenta.

Palavras-chave

200 anos da chegada da Corte ao Brasil, romance histórico, Ruy Castro

Recebido para publicação em

Abstract

Commemoration on the 200 years of the arrival of the portuguese royal family has stimulated several tributes, activities and publications throughout the country. In that process, at least one novel has been published: *Era no tempo do rei* (*Once upon the king's time*). This article intends to analyse that work addressing two subjects: a general one, dealing with the commemoration itself, in which the publishing of the book can be placed, and another one, more specific, which considers the vision of Brazil rendered in the book.

Key words

200 years of the arrival of the royal family, historical novel, Ruy Castro

Aceito em